

OLIVEIRA, R. P. **Sem revoluções: os dilemas das democracias neoliberais andinas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. 117p.

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz¹

O início do século XXI foi marcado pelo giro à esquerda no subcontinente. Da ascensão de Hugo Chávez em 1999 na Venezuela à eleição de Fernando Lugo em 2008 no Paraguai, um novo ciclo de críticas e de crise do modelo neoliberal na América do Sul foi iniciado. Embora o giro à esquerda tenha tido diferentes dimensões e significados em grande parte dos países sul-americanos, Chile, Peru e Colômbia mantiveram o mesmo perfil político-institucional, assentado no modelo neoliberal e em uma concepção de crescimento econômico pautada na espoliação do patrimônio nacional, nos cortes de investimentos para os serviços públicos, nas privatizações e na flexibilização. Por quê este quadro permaneceu nos três países se a tendência regional era contrária? A resposta está no contexto histórico e político-institucional dos três países andinos, e em seus respectivos arranjos entre os interesses das elites nacionais e as alianças externas.

No livro, *“Sem revoluções: os dilemas das democracias neoliberais andinas”*, a autora Renata Peixoto de Oliveira analisa o cenário econômico das democracias andinas neoliberais (Chile, Peru e Colômbia), a partir da dinâmica dicotômica da política regional baseada na alternância de poder entre a esquerda e a direita. A análise proposta pela autora permite compreender como o quadro político adotado nas democracias dos três países andinos corroboraram para o aprofundamento do neoliberalismo na América do Sul.

O livro está dividido em cinco capítulos. Embora a autora não tenha dividido oficialmente o livro em partes, sua estrutura sugere três partes principais. A primeira equivale ao primeiro capítulo *“A formação político-social de nossas repúblicas andinas”*, no qual a autora indica os antecedentes históricos dos três países analisados. A segunda parte, é composta pelos capítulos dois *“O modelo chileno: entre enclaves democráticos e a manutenção do neoliberalismo”*, três *“O sendero peruano rumo ao modelo de desenvolvimento neoliberal”*, e quatro *“O terror, o neoliberalismo e os impasses democráticos colombianos”*, nos quais Renata Peixoto

¹ Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz – Doutora, mestra e graduada em Geografia pela FCT/UNESP. Docente no Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Registro). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5611-593X>. E-mail: d.dayana@hotmail.com

de Oliveira apresenta individualmente o caso de cada democracia andina analisada no livro. A terceira parte equivale ao último capítulo "*Articulação de políticas externas em torno de uma integração neoliberal*", que trata sobre as políticas externas adotadas para a integração regional no subcontinente, ressaltando o papel da Aliança do Pacífico em oposição à Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba) nesse processo.

No primeiro capítulo "*A formação político-social de nossas repúblicas andinas*", a autora parte do início do século XIX indicando o período de crise da exploração colonial que fizeram emergir os movimentos autonomistas e os processos de independência na América Latina. O primeiro marco para a emancipação das ex-colônias latinas foi a Revolução Haitiana (1791-1804), a partir daí, outros movimentos surgiram no continente que levaram a proclamação da independência de Nova Granada (Colômbia e Panamá) em 1811, a proclamação da Colômbia em 1819, a vitória chilena dos libertadores na Batalha de Chacabuco em 1817, a proclamação da independência peruana em 1821. Na condição de independentes, Chile, Colômbia e Peru vivenciaram tensões internas protagonizadas pelas elites locais, as quais no final do século XIX e ao longo do século XX conformaram um quadro político-institucional que permeia o cenário dos países na atualidade.

No caso da Colômbia, Renata Peixoto de Oliveira relata a alternância de poder entre os partidos Liberal e Conservador, cujo processo pendular entre a tendência conservadora e centralizadora e a tendência federalista, contribuíram para a conformação do Estado débil colombiano, incapaz de articular um projeto nacional das elites locais e controlar o território. A alternância entre as diferentes tendências citadas foi legitimada através do pacto bipartidarista denominado como Frente Nacional, firmado em 1958. A incapacidade de controle do território colombiano pelo Estado agravou-se com o surgimento de grupos paramilitares e com a ascensão do narcotráfico, que tornou ainda mais complexo o jogo de forças no cenário político nacional.

A instabilidade política também é destacada pela autora no contexto da organização da república chilena em 1823. Oliveira (2019) menciona que a política chilena só encontrou estabilidade mais de um século depois (em 1950), quando remodelou o sistema partidário entre centro, direita e esquerda. Todavia, a estabilidade

foi breve, já que em 1973 instituiu-se a ditadura de Pinochet que durou até 1990.

Semelhantemente, o Peru também passou por um período de grande instabilidade pós-independência. Um dos marcos foi a perda da Guerra do Pacífico para o Chile (1879–1883) que resultou na necessidade de uma reconstrução nacional feita às bases de uma República Aristocrática e oligárquica (1895–1919), seguido por períodos de instabilidade e ditaduras, cujos resultados devastaram a economia do país, desvalorizando o câmbio e aumentando a dívida externa.

Como mencionado anteriormente, no capítulo dois "*O modelo chileno: entre enclaves democráticos e a manutenção do neoliberalismo*"; a autora apresenta novos elementos sobre o caso do Chile, com ênfase para os efeitos na política chilena da ditadura de Pinochet. Oliveira (2019, p. 36) argumenta que "os desafios, obstáculos e dilemas da democracia chilena e da sociedade chilena, na contemporaneidade, resultam diretamente da experiência vivenciada no período de 17 anos em que Augusto Pinochet esteve no poder". Dentre os efeitos de uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina estão: desmobilização política, perda de direitos sociais e econômicos, crise econômica, fomento da cultura individualista, do consumismo e da produtividade.

A associação entre o neoliberalismo e o regime ditatorial chileno, remodelou a política no país, cujo impacto alterou todas as esferas da sociedade. O fim da ditadura não foi a garantia de democracia, Renata Peixoto de Oliveira argumenta que a transição democrática chilena (1988–2005) foi incompleta pois a herança do antigo regime estava instaurada no arcabouço político-institucional, permanecendo a constituição do período ditatorial e boa parte dos agentes que fizeram parte da ditadura. Entre 1990 a 1997, "os comandantes chefes das Forças Armadas puderam permanecer em seus cargos, todos nomeados por Pinochet e até mesmo o próprio ex-ditador permaneceu como chefe do Exército durante todo esse período" (OLIVEIRA, 2019, p. 43).

No âmbito político, o período de transição democrática foi conduzido pelo bipartidarismo, inibindo o surgimento de partidos menores e a pluralidade de ideias. Esse arranjo do sistema eleitoral que privilegiava as grandes coalizões vigorou até o ano de 2015. Já do ponto de vista econômico, o período de transição democrática herdou da ditadura o neoliberalismo.

A reforma constitucional de 2005 durante o governo de Ricardo Lagos foi uma tentativa de diminuir o que a autora do livro chama de “enclaves autoritários do regime de Pinochet” (OLIVEIRA, 2019, p. 45). Renata Peixoto de Oliveira chama atenção para o fato dos demais países sul-americanos terem passado pela transição democrática na década de 1980, enquanto o Chile conseguiu fazer isso apenas a partir de 2005. Após o governo de Ricardo Lagos, houveram dois mandatos de Michele Bachelet e Sebastian Piñeda intercalados. Os governos foram marcados pelo acirramento da rivalidade entre direita e esquerda, por greves e manifestações, bem como por algumas reformas no primeiro governo de Michele Bachelet, que embora tenham representado um avanço, não alteraram a estrutura econômica do Chile.

No capítulo três, “*O sendero peruano rumo ao modelo de desenvolvimento neoliberal*”, a autora aprofunda-se no caso peruano. Renata Peixoto de Oliveira chama atenção para a oscilação frequente entre períodos democráticos e de interrupção da democracia na história recente do Peru, marcados pela rivalidade entre esquerda e direita. “Ao largo da história política peruana existiram breves interregnos democráticos, algumas experiências de governo, sempre interrompidas por golpes, regimes autoritários e modelos competitivos marcados por instabilidade política, violência e crise econômica” (OLIVEIRA, 2019, p. 64).

A virada neoliberal no país aconteceu no governo de Alberto Fujimori (1990–2000), o mesmo governo que foi eleito democraticamente em 1990, mas que protagonizou o autogolpe de Estado em 1992, e que seguiu à risca as prerrogativas do Consenso de Washington como saída para a crise econômica e para o controle da inflação. Para a autora, o quadro atual da política peruana é resultado da década de 1990, denominada no livro como a década perdida da democracia peruana. As consequências desse período que perduram até hoje são: cenário político envolto em esquemas de corrupção e escândalos, sistema político marcado pelo autoritarismo, marginalização da esquerda, patrimonialismo e clientelismo.

Diferente do Chile e do Peru, a Colômbia é o país da região com o título de democracia mais longeva. O caso colombiano é tratado no quarto capítulo do livro, “*O terror, o neoliberalismo e os impasses democráticos colombianos*”.

A Guerra dos Mil Dias (1899–1902) foi um marco na formação do Estado colombiano, o qual tornou-se “fragmentado, dificultando o

comércio e a comunicação, além de demonstrar a incapacidade em torno de um projeto nacional" (OLIVEIRA, 2019, p. 65). Tais aspectos perduram até hoje. A fim de compreender os resultados da herança histórica colombiana no cenário político-institucional, a autora analisa detalhadamente o contexto político e econômico a partir da década de 1950.

Após o assassinato de Eleazar Gaitán e o fim da ditadura de Rojas Pinilla (1948–1958), os líderes partidários da Colômbia assinaram um pacto bipartidarista denominado como Frente Nacional. O pacto vigorou de 1958 a 1974 baseado na alternância de poder entre o Partido Liberal e o Partido Conservador. O fim deste modelo fez emergir um sistema partidário fragmentado e a conformação de novas alianças locais. Concomitante ao remodelamento do cenário político colombiano, novos arranjos de poder ganharam força, como as guerrilhas e o narcotráfico. Neste sentido, a autora menciona que

A dinâmica política colombiana é muito particular já que o Estado disputa espaço com outros poderes paralelos, ao mesmo tempo em que fomenta alguns deles, como os grupos paramilitares, ou se torna fomentado por outro grupo como o crime organizado que se infiltrou nas bases institucionais de sua democracia (OLIVEIRA, 2019, p. 71 e 72).

A complexidade do contexto de desinstitucionalização política da Colômbia incluiu a violência, o clientelismo e a corrupção, acompanhada pela liberalização da economia e pela abertura política na década de 1980. Entretanto, foi na década de 1990 que o Estado colombiano lançou mão da estratégia de adoção de um conjunto de reformas neoliberais (alfandegária, cambial, tributária, do comércio exterior, dos investimentos estrangeiros, da habitação, da flexibilização do trabalho, da previdência social etc.) baseadas na privatização. Essas medidas geraram descontentamento na população, resistência de lideranças sindicais e assassinato desses líderes. O clima de violência e hostilidade na sociedade colombiana propiciou a aprovação do Plano Colômbia. Dentre outras coisas, o plano abriu as portas para uma atuação mais próxima dos Estados Unidos na América Latina, tendo como pretexto a luta contra o narcotráfico na Colômbia.

A autora chama atenção para o conflito entre diferentes agentes que integram a disputa de poder no cenário político colombiano, sobretudo no que tange ao acordo entre o Estado e as Fuerzas Armadas Revolucionaria de Colômbia (Farc) em uma tentativa de

construção da paz no país e da entrada das Farc na disputa eleitoral de 2018 como partido político.

Após analisar as experiências de cada democracia andina individualmente nos capítulos dois, três e quatro, Renata Peixoto de Oliveira analisa as estratégias de inserção internacional do Chile, do Peru e da Colômbia, e também cita as outras experiências de integração regional na América do Sul no capítulo cinco, *“Articulação de políticas externas em torno de uma integração neoliberal”*.

A autora apresenta as estratégias de inserção internacional neoliberal conformadas por meio da Aliança do Pacífico e da aproximação política com os Estados Unidos, argumentando que a escolha deste perfil de integração regional forjado aos moldes do Consenso de Washington evidencia a manutenção da colonialidade e dos padrões de dominação do sistema-mundo. Enquanto outras iniciativas tentaram romper esse padrão, como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e principalmente a Alba, Colômbia, Peru e Chile buscaram permanecer em sob um velho padrão que não correspondia às estratégias tomadas pelos países vizinhos durante o giro à esquerda. Inclusive, se a Alba foi uma resposta à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a Aliança do Pacífico foi criada para contrapor o eixo bolivariano sul-americano.

Com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff no Brasil, a eleição de Maurício Macri na Argentina e a crise na Venezuela, recentemente, a região tem vivenciado um novo período de reorientação política. “O neoliberalismo voltou ao cenário latino-americano com força, indicando o fim do ciclo progressista. Parece que o dissenso deu espaço a um novo consenso, com graves implicações para a democracia e para o desenvolvimento da região” (OLIVEIRA, 2019, p. 101).

Ao finalizar os cinco capítulos do livro, a autora conclui que a transição democrática dos países andinos analisados (Chile, Peru e Colômbia) demonstra que a crise democrática vivida atualmente na América do Sul, é uma realidade nos países analisados desde as últimas décadas do século passado.

A análise dos países andinos feita no livro demonstrou que a alternância política, as coalizões e os arranjos complexos de poder constituem-se como parte do perfil político-institucional das economias neoliberais do Chile, da Colômbia e do Peru. Embora

cada país tenha as suas particularidades advindas da herança histórica, a transição democrática e a transição para o neoliberalismo também foram acompanhadas por um contexto desigual, marcado pela violência e pela perda de direitos. Ainda que a desigualdade social tenha sido um elemento importante na contestação da eficácia do neoliberalismo, Renata Peixoto de Oliveira afirma que nas democracias andinas não houveram condições políticas ou eleitorais que propiciassem uma reorientação do cenário econômico. O contexto interno dos países reverberou nas escolhas tomadas na política externa que é observada na participação de Chile, Colômbia e Peru na Aliança do Pacífico.

Referências bibliográficas

OLIVEIRA, R. P. *Sem revoluções: os dilemas das democracias neoliberais andinas*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. 117p.